

BSI Capital Securitizadora S/A

CNPJ: 11.257.352/0001-43

Demonstrações Financeiras findo em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em reais)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A Administração da BSI Capital Securitizadora S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2020 comparativas a 31 de dezembro de 2019. A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 2 de setembro de 2009 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de

quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reatuação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Auditor Auditor

Independentes S/A foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Cordiais saudações,

Ricardo Elson do Carmo

Diretor de Relações com Investidores

Balço Patrimonial			
Ativo	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante		420.975	1.272.688
Caixa e equivalentes de caixa	5	19.050	2.114
Títulos a receber	6	164.685	162.891
Tributos a recuperar		11.112	137
Outros Créditos	7	226.128	1.107.546
Ativo Não Circulante		179.659	139.727
Imobilizado/Intangível	8	179.659	139.727
Total do Ativo Não Circulante		179.659	139.727
Total do Ativo		600.634	1.412.415
Passivo	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Passivo Circulante		344.369	925.968
Empréstimos e Financiamentos	9	91.900	155.978
Obrigações com Fornecedores	10	101.604	114.883
Obrigações fiscais e tributárias		96.908	43.172
Outras Obrigações	11	53.957	611.935
Não Circulante		–	39.534
Empréstimos a longo prazo	9	–	39.534
Patrimônio líquido	12	256.265	446.913
Capital social		128.700	104.000
(-) Capital Social a Integralizar		–	(37.000)
Reserva Legal		25.740	18.480
AFAC		–	24.700
Reserva de lucros		101.825	336.733
Total do Passivo		600.634	1.412.415
Demonstração do Resultado			
Receitas operacionais	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Receita de Securitização		626.120	624.117
Receita com prestação de serviços		721.684	402.818
(-) Deduções da receita		(75.012)	(55.809)
Receita operacional líquida	1.272.792	1.272.792	971.126
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(1.055.219)	(694.606)	(694.606)
Total das despesas operacionais	(1.055.219)	(694.606)	(694.606)
Lucro antes do Resultado Financeiro	13	217.573	276.520
Despesas financeiras		(11.585)	(42.558)
Receitas financeiras		4.045	–
Resultado financeiro líquido	14	(11.585)	(38.513)
Resultado antes das provisões		205.988	238.007
(-) Provisão para contribuição social		(14.111)	(29.432)
(-) Provisão para imposto de renda		(23.518)	(57.756)
Lucro líquido do exercício		168.359	150.819
Lucro líquido por ação		1,30815	1,17186
Demonstração do resultado abrangente			
Resultado Líquido do Período		168.359	150.819
Outros Resultados Abrangentes		–	–
Resultado abrangente do período		168.359	150.819

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1) Contexto Operacional: A BSI Capital Securitizadora S/A, constituída em 02 de setembro de 2009, tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reatuação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei. 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 comparativas a 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 26 de março de 2021. **2) RISCOS:** **2.1 Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macro sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controlar a meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3 Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4 Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5 PIS/ COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, restando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6 Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7 Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade

Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
	Capital Social Subscrito	(-) Capital a Integralizar	Reserva Legal
Saldo em 31 dezembro de 2018	104.000	(37.000)	10.940
Resultado do período	–	–	–
Constituição de Reserva Legal	–	–	7.540
Dividendos obrigatórios	–	–	–
Saldo em 31 dezembro de 2019	104.000	(37.000)	18.480
Resultado do período	–	–	–
Integralização de Capital	24.700	37.000	(24.700)
Constituição de reserva	–	–	7.260
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–
Pagamento de dividendos	–	–	–
Saldo em 31 dezembro de 2020	128.700	–	25.740
Demonstração dos fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31.12.2020	31.12.2019	
Lucro/Prejuízo líquido antes do IRPJ e CSLL	205.988	238.007	
Ajustado por:			
Depreciação	95	95	
Ajuste de exercícios anteriores	57.221	–	
(Aumento)/Diminuição das contas ativas	263.304	238.102	
Títulos a Receber	(1.794)	(7.558)	
Tributos a recuperar	(10.975)	–	
Outros créditos	881.418	134.810	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas	(13.279)	84.505	
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(37.802)	9.564	
Outras obrigações	(557.978)	(146.222)	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	522.894	313.201	
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(16.273)	(102.352)	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	506.621	210.849	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Compra de imobilizado	(40.027)	(26.699)	
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(40.027)	(26.699)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(103.612)	(2.751)	
Dividendos Estatutários	(346.046)	(236.449)	
Constituição de reserva legal	7.540	–	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(449.658)	(231.660)	
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.936	(47.510)	
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.114	49.624	
Caixa e equivalente de caixa no final do período	19.050	2.114	

o ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8 Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9 Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis. Dentre as alterações supramencionadas, destacamos: **Apresentação das demonstrações contábeis:** A empresa apresenta suas demonstrações contábeis de acordo com CPC 26. **4) Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. **5) Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **6) Títulos a Receber:** O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12. Neste ano a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Demonstrações contábeis fiduciárias - informação suplementar requerida por Lei e regulamento:** Motivo pelo qual o assunto foi considerado um dos Principais assuntos de auditoria: A Companhia é rogada a divulgar informações contábeis e manter controle a parte, e imparcial de cada um dos patrimônios segregados por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em que foram instituídos o regime fiduciário. Adendo, a Companhia realiza a administração dos recebíveis destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs e CRAs, em atenção aos desembargos. Diante do exposto, esse tema foi considerado uma área atenuante e de risco em nossa condução dos trabalhos devido aos inúmeros patrimônios apartados que são administrados pela Companhia, resultando em elevadas transações contábeis para confecção das demonstrações contábeis fiduciárias de cada patrimônio com o risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma incorreta nas demonstrações contábeis fiduciárias. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Na condução da realização da auditoria incluíram-se a realização de testes de lisura nos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios segregados em face da administração da Companhia, e em conjunto com o cotejo dessas informações com os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Outros créditos a receber”, “Valores mobiliários emitidos”, “Outros passivos” e “Contas a pagar”, apresentados nas demonstrações contábeis fiduciárias. Foram examinados os contratos das emissões dos certificados dos recebíveis realizados durante o exercício analisado, de forma de assegurar se os mesmos continham a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Suplementarmente, foram examinadas as liquidações financeiras das operações por via de extratos bancários, e posteriormente comparadas aos dados contratuais pactuados de taxas de juros, índices de atualizações e prazo de recebimento/

pagamento com as informações apresentadas nas memórias de cálculo das contas a receber e com informações do sistema a respeito do controle a pagar, procedimentos esses que visavam deslucrar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias que a Companhia divulgou, essas apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** **Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acor- >>> Continua...

Diretoria

Ricardo Elson do Carmo - Diretor Presidente
Alexandre Domingos Ferreira - Diretor Vice-Presidente
Vitor Augusto Bazzo Fagundes - CRC: PR 076.141/07 S SP

>>>Continuação...

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

do com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção re-

levantada. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas

pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau, 29 de março de 2021.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Sideni Moratelli - Sócio Responsável
Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP
Juliano dos Santos Machado - Sócio
Contador - CRC/PR - 051229/O-8 "S" SP

VIVA EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S/A.

CNPJ nº 10.642.915/0001-54

Relatório da Administração

Aos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e Outros Parceiros: Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.Sas, as demonstrações contábeis e econômico-financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das notas explicativas da Administração, bem como do parecer dos auditores independentes. A Administração permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Ferraz de Vasconcelos, 09 de abril de 2021. **Cyro de Souza Nogueira Júnior - Presidente do Conselho de Administração**

Balanços patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
Ativo	Nota	2020	2019	
Circulante		38.722.061	7.939.088	
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	7.728.264	1.785	
Contas a receber.....	4	29.036.871	6.006.400	
Outros ativos.....		780.867	162.970	
Estoques.....	5	775.822	1.357.075	
Impostos a recuperar.....		400.237	410.858	
Não circulante		13.636.261	15.298.362	
Partes relacionadas.....	10	2.481.959	2.159.420	
Investimentos.....	6	10.444.471	12.279.784	
Imobilizado líquido.....	7	709.830	849.133	
Intangível líquido.....		1	10.025	
Total do ativo		52.358.322	23.237.450	

Passivo e patrimônio líquido				
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019	
Circulante		2.954.297	2.325.543	
Fornecedores.....		21.697	21.151	
Obrigações trabalhistas.....		58.694	58.720	
Obrigações tributárias.....	8	1.456.139	826.009	
Outras contas a pagar.....		1.417.767	1.416.667	
Outros passivos.....		-	2.996	
Não circulante		9.579.893	2.216.538	
Partes relacionadas.....	10	9.579.893	2.216.538	
Patrimônio líquido		39.824.132	18.695.369	
Capital social.....	9	15.088.266	15.088.266	
Lucros(prejuízos) acumulados.....		24.735.866	3.607.103	
Total do passivo e do patrimônio líquido		52.358.322	23.237.450	

Demonstrações do resultado				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	Nota	2020	2019	
Receita operacional bruta				
Receita bruta.....		29.418.171	6.400.000	
Deduções da receita.....		(1.383.763)	(553.600)	
Receita líquida	12	28.034.408	5.846.400	
Custos	13	(1.174.656)	(737.553)	
Resultado bruto		26.859.752	5.108.847	
Despesas e receitas operacionais				
Despesas gerais e administrativas.....		(356.026)	(1.037.215)	
Equivalência patrimonial.....		(1.835.313)	(1.136.201)	
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas.....		857.997	806.469	
Lucro antes do resultado financeiro		(1.333.342)	(1.366.947)	
Resultado financeiro líquido.....		25.526.410	3.741.900	
Resultado financeiro líquido.....		(200.896)	21.441	
Lucro antes do IR e da CSLL		25.325.514	3.763.341	
(-) Imposto de renda e CSLL.....		(796.751)	(858.979)	
(=) Lucro líquido do exercício		24.528.763	2.904.362	

Demonstrações do resultado abrangente				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Total do resultado abrangente do exercício	24.528.763	2.904.362		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)				
	Capital social	Reservas de lucros acumulados	Lucros	Total
Saldos em 31.12.2018	15.088.266	4.102.741	-	19.191.007
Lucro líquido do exercício.....	-	2.904.362	-	2.904.362
Distribuição de lucros.....	-	(3.400.000)	-	(3.400.000)
Saldos em 31.12.2019	15.088.266	3.607.103	-	18.695.369
Lucro líquido do exercício.....	-	24.528.763	-	24.528.763
Distribuição de lucros.....	-	(3.400.000)	-	(3.400.000)
Saldos em 31.12.2020	15.088.266	24.735.866	-	39.824.132

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.416.544		
Equivalência patrimonial.....	1.835.313	1.136.201		
26.513.403	5.163.230			

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)				
	2020	2019		
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas(atividade) atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	24.528.763	2.904.362		
Depreciação e amortização.....	149.327	(1.293.877)		
Baixas do imobilizado.....	-	2.41		

Publicidade Legal

BSI Capital Securitizadora S/A - CNPJ: 11.257.352/0001-43 Demonstrações Financeiras findo em 31/12/2020 e de 2019 (Valores expressos em reais)

Relatório da Administração
Senhores Acionistas, A Administração da BSI Capital Securitizadora S/A, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2020 comparativas a 31 de dezembro de 2019. A Companhia é uma sociedade por ações constituída em

2 de setembro de 2009 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reavaliação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI)

aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Auditor Auditores Independentes S/A foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2020 e

31 de dezembro de 2019, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Cordiais saudações,

Ricardo Elson do Carmo
Diretor de Relações com Investidores

Balanco Patrimonial		
Ativo	31.12.2020	31.12.2019
Ativo Circulante	420.975	1.272.688
Caixa e equivalentes de caixa	5 19.050	2.114
Títulos a receber	6 164.685	162.891
Tributos a recuperar	11.112	137
Outros Créditos	7 226.128	1.107.546
Ativo Não Circulante	179.659	139.727
Imobilizado/Intangível	8 179.659	139.727
Total do Ativo	600.634	1.412.415
Passivo	600.634	1.412.415
Passivo Circulante	344.369	925.968
Empréstimos e Financiamentos	9 91.900	155.978
Obrigações com Fornecedores	10 101.604	114.883
Obrigações fiscais e tributárias	96.908	43.172
Outras Obrigações	11 53.957	611.935
Não Circulante	256.265	486.493
Capital Social	128.700	104.000
(-) Capital Social a Integralizar	-	(37.000)
Reserva Legal	25.740	18.480
AFAC	-	-
Reserva de lucros	101.825	336.733
Total do Passivo	600.634	1.412.415

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		
Saldo em 31 dezembro de 2018	31.12.2020	31.12.2019
Resultado do período	-	2.114
Constituição de Reserva Legal	-	7.540
Dividendos obrigatórios	-	(143.279)
Saldo em 31 dezembro de 2019	104.000	(37.000)
Resultado do período	-	18.480
Integralização de Capital	24.700	37.000
Constituição de reserva	-	7.260
Ajustes de exercícios anteriores	-	(57.221)
Pagamento de dividendos	-	(346.046)
Saldo em 31 dezembro de 2020	128.700	25.740

Demonstração dos fluxos de caixa		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	31.12.2020	31.12.2019
Lucro/Prejuízo líquido antes do IRPJ e CSLL	205.988	238.007
Ajustado por:		
Depreciação	95	95
Ajuste de exercícios anteriores	57.221	-
Total	263.304	238.102
(Aumento/Diminuição) das contas ativas		
Títulos a Receber	(1.794)	(7.558)
Tributos a recuperar	(10.975)	-
Outros créditos	881.418	134.810
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações com Fornecedores	(13.279)	84.505
Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS)	(37.802)	9.564
Outras obrigações	(557.978)	(146.222)
Caixa proveniente(usedo) nas operações	522.894	313.201
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(16.273)	(102.352)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	506.621	210.849
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Compra de imobilizado	(40.027)	(26.699)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(40.027)	(26.699)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(103.612)	(2.751)
Dividendos Estatutários	(346.046)	(236.449)
Constituição de reserva legal	7.540	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(449.658)	(231.660)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e equivalentes de caixa	16.936	(47.510)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.114	49.624
Caixa e equivalente de caixa no final do período	19.050	2.114

Demonstração do Valor Adicionado		
Recita	31.12.2020	31.12.2019
I - Recita de securitização	1.347.804	1.026.335
II - Recita com prestação de serviços	626.120	624.117
III - Insumos adquiridos de terceiros	927.881	402.818
IV - Depreciação, amortização e exaustão	95	95
V - Valor adicionado líquido	359.728	356.524
VI - Valor adicionado recebido em transferência	-	4.045
VII - Recitas financeiras	4.045	-
VIII - Valor adicionado total a distribuir	359.728	360.474
IX - Distribuição do valor adicionado	359.728	360.474
X - Impostos, taxas e contribuições	112.641	142.997
XI - Remuneração de capitais de terceiros	78.728	66.658
XII - Remuneração de capitais próprios	168.359	150.819

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
1) **Contexto Operacional:** A BSI Capital Securitizadora S/A, constituída em 02 de setembro de 2009, tem como objetivo social (I) aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão e reavaliação dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades e (VI) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários na forma da Lei 9.514 de 1997, assim como, quaisquer outros direitos de crédito. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020 comparativas a 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2021. **RISCO:** 2.1 **Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macroeconômicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2 Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combater e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos

deposítos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **6) Títulos a Receber:** O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e de prestação de serviços sem aceitação substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12. Neste ano a companhia optou pela não realização da provisão para devedores duvidosos. A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assume obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação. **7) Outros Créditos:** A conta de "Outros Créditos" é composta por adiantamentos a fornecedores e antecipações de dividendos nos exercícios seguintes. **8) Imobilizado:** A conta de imobilizado é composta por móveis e utensílios, equipamentos de informática, Veículos e Consórcios em nome da Companhia. **9) Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia possui empréstimos com partes relacionadas para disponibilizar capital para condução normal dos negócios da organização. **10) Fornecedores:** A conta "Obrigações com fornecedores" refere-se ao saldo de contas que representam créditos de terceiros com a companhia. **11) Outras Obrigações:** A conta "Outras Obrigações" é composta por valores que foram antecipados por clientes em projetos de estruturação e por aportes antecipados de Certificados de Recebíveis Imobiliários que serão transferidos ao balanço adiantado a partir de sua constituição, por dividendos a pagar, receitas a realizar e por outros passivos de diversos origens. **12) Patrimônio Líquido:** **Capital Social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 128.700,00 (cento e vinte e oito mil e setecentos reais), representado por 128.700 (cento e vinte e oito mil e setecentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **Reserva Legal:** A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o Art. 25, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia. **Reserva de Lucros:** A reserva de lucros da Companhia consta com um montante de R\$ 101.825,95 (cento e um mil e oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos) que está à disposição dos acionistas para deliberação futura. **13) Resultado Operacional:** O resultado operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais. **14) Resultado Financeiro:** O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras. **15) Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios

que visavam deslindar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias que a Companhia divulgou, essas apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado: Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board

IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Blumenau, 29 de março de 2021. **Auditor Auditores Independentes S/S - CRC/PR 005560/O-1 T-SC**
Sidnei Moratelli - Sócio Responsável - Contador - CRC/SC - 19.206/O-7 "S" SP
Juliano dos Santos Machado - Sócio - Contador - CRC/PR - 051229/O-8 "S" SP

Acesso Soluções de Pagamento S.A. CNPJ nº 13.140.088/0001-99 - NIRE 35.300.469.844
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
O Conselho de Administração da Companhia convoca seus Acionistas para se reunirem em AGOE a ser realizada no dia 28/04/2021, às 17h30, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos Acionistas), para a seguinte ordem do dia: (i) em sede de AGO: (1.a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; (1.b) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020; (1.c) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e (1.d) fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021; e (2) em sede de AGE: (2.a) alterar o Estatuto Social da Companhia para modificar a redação do caput do artigo 5º, de forma a refletir o novo capital social, tendo em vista o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, aprovado nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24/02/2021 e 20/03/2021; e (2.b) consolidar o Estatuto Social. A documentação relativa à matéria da ordem do dia está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, tendo em vista a situação de pandemia, a documentação em questão também poderá ser enviada por e-mail, mediante solicitação dos acionistas.

ciárias - Informação suplementar requerida por Lei e regulamento: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um dos Principais assuntos de auditoria: A Companhia é rogada a divulgar informações contábeis e manter controle a parte, e imparcial de cada um dos patrimônios segregados por emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), em que foram instituído o regime fiduciário. Adendo, a Companhia realiza a administração dos recebíveis destes ativos, bem como os pagamentos dos CRIs e CRAs, em atenção aos desembargamentos. Diante do exposto, esse tema foi considerado uma área atenuante e de risco em nossa condução dos trabalhos devido aos inúmeros patrimônios apartados que são administrados pela Companhia, resultando em elevadas transações contábeis para confecção das demonstrações contábeis fiduciárias de cada patrimônio com o risco de, se não adequadamente controlados, serem apresentados e valorizados de forma incorreta nas demonstrações contábeis fiduciárias. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Na condução da realização da auditoria incluíram-se a realização de testes de lisura nos registros contábeis independentes de cada um dos patrimônios segregados em face da administração da Companhia, e em conjunto com o coleto dessas informações com os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Outros créditos a receber", "Valores mobiliários emitidos", "Outros passivos" e "Contas a pagar", apresentados nas demonstrações contábeis fiduciárias. Foram examinados os contratos das emissões dos certificados dos recebíveis realizados durante o exercício anterior, de forma de assegurar se os mesmos continham a cláusula que instituiu o regime fiduciário. Suplementarmente, foram examinadas as liquidações financeiras das operações por via de extratos bancários, e posteriormente comparadas aos dados contratuais pactuados de taxas de juros, índices de atualizações e prazo de recebimento/pagamento com as informações apresentadas nas memórias de cálculo das contas a receber e com informações do sistema a respeito do controle a pagar, procedimentos esses

que visavam deslindar a totalidade da operação. Com base nos procedimentos de auditoria adotados na condução dos trabalhos e após os resultados informacionais que os testes nos deram, consideramos que as demonstrações contábeis fiduciárias que a Companhia divulgou, essas apresentadas de forma adicional às demonstrações da Companhia, conforme requerido pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e na Lei de 9.514, de 20 de novembro de 1997, foram preparadas e posteriormente divulgadas de forma correta, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado: Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board

Diretoria
Ricardo Elson do Carmo - Diretor Presidente
Alexandre Domingos Ferreira - Diretor Vice-Presidente
Vitor Augusto Bazzo Fagundes - CRC: PR 076.141/07 S SP

Falconi Participações S.A. - CNPJ/ME nº 19.494.126/0001-98 - NIRE 35.300.461.185
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada sob a forma digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020, em primeira convocação, no dia 30/04/2021, às 14:00 horas, para deliberar sobre as seguintes matérias: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2020; c) Deliberar sobre a distribuição dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020; d) Análise e aprovação do Relatório ESG (Environment, Social and Corporate Governance) Falconi 2020; e) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** a) Com base em proposta previamente aprovada e recomendada pelo Comitê de Pessoas, Carreiras e Sucessões e pelo Conselho de Administração, a aprovação da entrada de novos sócios na Sociedade e também a promoção de sócios; b) Examinar proposta de investimento em start up do setor de tecnologia - *venture capital*; e c) Deliberar acerca da criação de subsidiária para novo business do setor de tecnologia e segurança desenvolvido com a Falconi Capital. A participação e a votação na Assembleia ora convocada serão realizadas mediante atuação remota, via sistema eletrônico digital, sendo que cada acionista receberá em seu e-mail cadastrado junto à Companhia as instruções e orientações específicas para sua participação e conexão no sistema, incluindo orientações a respeito da documentação necessária para permitir a participação na Assembleia. Informações adicionais e dúvidas poderão ser obtidas junto à Companhia, por meio do e-mail juridico@falconi.com.br. São Paulo, 20/04/2021. Marcio Froes - Presidente do Conselho de Administração. (21, 23 e 24/04/2021)

AcessoPar Investimentos e Participações S.A. CNPJ nº 20.430.599/0001-00 - NIRE 35.300.466.284
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
O Conselho de Administração da Companhia convoca seus acionistas para se reunirem em AGO a ser realizada no dia 03/05/2021, às 17h30, por meio de videoconferência (conforme link a ser enviado por e-mail a cada um dos acionistas), para a seguinte ordem do dia em sede de AGO: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; (ii) examinar, discutir e votar a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2020; (iii) reeleger os atuais membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia; e (iv) fixar a remuneração anual dos administradores para o exercício de 2021. A documentação relativa à matéria da ordem do dia está à disposição dos acionistas na sede da Companhia e, tendo em vista a situação de pandemia, a documentação em questão também poderá ser enviada por e-mail, mediante solicitação dos acionistas.

Wattana Empreendimento e Participações S/A CNPJ/ME nº 30.948.437/0001-12 - NIRE 35.300.518.799
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de janeiro de 2021
A Assembleia Geral Extraordinária, instalada com a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. Alexandre do Rosário Nobre e secretariada pelo Sr. Renato Prouença Prudente de Toledo, realizou-se, às 12:00 horas do dia 20/01/2021, na sede social, na Praça Gal. Gentil Falcão, 108, conjunto 132, Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araujo, São Paulo-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas por unanimidade: **(a) aprovar** a distribuição de dividendos da Sociedade no valor de R\$ 6.393.324,97, montante equivalente a R\$ 6,374 por ação, a ser pago até o dia 29/01/2021. Terão como base o Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2020, cuja cópia, assinada pelo contador e pela Mesa, é anexada como Documento I. Os termos desta ata foram aprovados pelo acionista que a subscreve. São Paulo, 20/01/2021. **Mesa:** Alexandre do Rosário Nobre: Presidente; Renato Prouença Prudente de Toledo: Secretário. **Sócios:** Alexandre do Rosário Nobre; Renato Prouença Prudente de Toledo; Jefferson Ribeiro de Almeida; Marco Aurélio de Camillo Mattos; Mayra Sayuri Koyama e Isaias da Fonseca Quintanilha. JUCESP - Registrado sob o nº 127.960/21-1 em 03/03/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.



Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br